

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO Nº , DE 2012.

(Do Sr. Geraldo Resende)

Solicita ao Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado da Saúde, Sr. Alexandre Padilha, informações pormenorizadas quanto aos mecanismos utilizados para acompanhamento e fiscalização dos recursos destinados ao Programa Farmácia Popular.

Senhor Presidente,

Com fundamento no artigo 50, § 2º, da Constituição Federal e nos artigos 24, inciso V, § 2º, e 115, inciso I, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, solicito a Vossa Excelência, seja encaminhado ao Excelentíssimo Ministro de Estado da Saúde, Sr. Alexandre Padilha, pedido de informações pormenorizadas quanto aos mecanismos utilizados para acompanhamento e fiscalização dos recursos destinados ao Programa Farmácia Popular.

JUSTIFICATIVA

O programa Fantástico do último domingo, 2 de setembro, trouxe em reportagem intitulada “Golpistas falsificam consultas para desviar dinheiro do SUS” a denúncia de esquemas de corrupção responsáveis por desviar do Sistema Único de Saúde milhões de reais através de consultas, cirurgias cesarianas e através do Programa Farmácia Popular, na opinião deste parlamentar, um dos mais importantes programas realizados pelo Ministério da Saúde atualmente.

O programa distribui medicamentos a preços acessíveis à população que não dispõe de recursos financeiros para arcar com os custos desses medicamentos, indispensáveis no tratamento de várias enfermidades.

A denúncia é grave, e a afirmação da procuradora Daniela Poppi, responsável pelas investigações, de que a cada R\$ 10,00 reais repassados pelo Governo Federal para as farmácias do município de Franca-SP entre os anos de 2009 e 2010, R\$ 9,00 eram fraudulentos é ainda mais grave. Significa, segundo ela, que 90% desses recursos foram desviados e segundo a própria procuradora, “é um sistema muito fácil de ser fraudado”.

A reportagem mostra ainda casos de pessoas que nunca compraram medicamentos e no entanto, aparecem na lista dos beneficiários do programa.

Sabemos que não podemos ser pautados pela mídia, muitas vezes sensacionalista, mas denúncias como estas precisam ser apuradas.

É dever do Congresso Nacional fiscalizar os recursos federais. Assim, na qualidade de deputado federal, membro da Comissão de Seguridade Social e Família e um dos maiores apoiadores do programa Farmácia Popular, requeiro o envio do presente Requerimento de Informação ao Ministério da Saúde, para que informe a esta casa os procedimentos de fiscalização adotados para o controle dos recursos destinados ao Programa Farmácia

Popular e se realmente existem as fragilidades em fraudar o Sistema, apontada pela Procuradora Daniela Poppi na matéria citada.

Sala das Sessões, 05 de setembro de 2012.

GERALDO RESENDE
Deputado Federal – PMDB/MS